

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO A TERMO RESOLUTIVO INCERTO PARA DOIS POSTOS DE TRABALHO, NA CARREIRA E CATEGORIA TÉCNICO SUPERIOR

Nos termos do disposto no nº2 do art.º 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, à frente designada como LTFP, publicada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho na sua redação atual, e com alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril torna-se público que, por deliberação da Freguesia de Ramalde, de 27 de maio de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no Diário da República, o procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, tendo em vista o preenchimento de dois lugares a seguir indicados, previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Freguesia, nas condições que se indicam:

Referência A) 1 Técnico Superior – Educação (AEC)

Referência B) 1 Técnico Superior – Sociocultural (Cultura, Educação, Juventude e Desporto)

1 – Legislação Aplicável - Lei nº35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual; Portaria n.º125/A/2019, de 30 de abril; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

2 – Reservas de Recrutamento: Tendo em conta que as entidades gestoras da requalificação nas autarquias locais ainda não estão constituídas e de acordo com a solução interpretativa uniforme, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, as Autarquias Locais estão dispensadas de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

3 – Descrição sumária das funções:

Referência A) – 1 Técnico Superior – Educação - AEC

Perfil de Competências: No âmbito geral: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaborar pareceres, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas da freguesia na área da educação e juventude, nomeadamente, colaboração na elaboração do dossier pedagógico das AEC e plano anual de atividades; colaboração no desenvolvimento e controlo técnico das AEC e componente de apoio à família; planejar, organizar e controlar as atividades dos responsáveis de escola no âmbito das AEC; monitor nos campos de férias. Executar outras tarefas que lhe sejam solicitadas superiormente, desde que relacionadas com a sua atividade e outras constantes no anexo a que se refere o nº 2 do art.º 88º, da Lei nº35/2014 de 20 de junho.

Referência B) – 1 Técnico Superior – Sociocultural (Cultura, Educação, Juventude e Desporto)

Perfil de Competências: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaborar pareceres, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas da freguesia, na área da cultura, educação, juventude, desporto e animação sociocultural nomeadamente, no planeamento, implementação, avaliação e controlo da execução do plano anual de atividades nas áreas anteriormente referidas. Executar outras tarefas que lhe sejam solicitadas superiormente, desde que relacionadas com a sua atividade e outras constantes no anexo a que se refere o nº 2 do art.º 88º, da Lei nº35/2014 de 20 de junho.

4 – Local de trabalho: Freguesia de Ramalde

5 – Posicionamento Remuneratório: De acordo com o art.º 38º, nº 7, da Lei nº 35/2014 de 20 de junho, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com as limitações impostas pelo artigo 33.º e 42º, alínea a) e b), da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), a posição remuneratória será correspondente à 2ª posição, do nível 15, da Tabela Remuneratória Única.

6 – Requisitos de admissão:

6.1. – Os previstos no artigo 17.º da Lei nº35/2014 de 20 de junho, a saber:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6.2 – Requisitos Habilitacionais: Licenciatura, Mestrado ou grau académico, superior a estes, a que corresponde o grau de complexidade 3 de acordo com o previsto no art.º 86º, alínea c), da Lei nº35/2014 de 20 de junho, não sendo admitida a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

6.2.1 – **Referência A)** – Licenciatura na área das Ciências Sociais, preferencialmente Psicologia Clínica e da Saúde.

6.2.2 – **Referência B)** – Licenciatura na área das Ciências Sociais.

6.3 – De acordo com o disposto na alínea K) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço ou órgão, idênticos aos dos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

6.4 - A prioridade no recrutamento será de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP.

7 – Forma para apresentação das candidaturas: 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

7.1 – A formalização das candidaturas é realizada, sob pena de exclusão, mediante o preenchimento, com letra legível, do formulário de candidatura ao procedimento concursal que se encontra disponível na página eletrónica da autarquia (www.jf-ramalde.pt) e envio por correio registado com aviso de receção, para a Junta de Freguesia de Ramalde - Rua da Igreja de Ramalde, 76/92 4100-280 Porto, ou apresentada pessoalmente na mesma morada, das 9h00 às 17h30, até ao termo do prazo fixado.

7.2 – Não serão aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

7.3 – O formulário de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

Fotocópia legível do certificado de habilitações;

Curriculum Vitae detalhado e atualizado;

Fotocópia legível dos certificados das ações de formação profissional relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho.

Documentos comprovativos da experiência profissional dos candidatos, com indicação precisa dos anos, meses e dias desse tempo de trabalho;

7.4 – Os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público, à exceção dos trabalhadores pertencentes, no momento da candidatura, à Junta de Freguesia de Ramalde, para além dos elementos acima indicados, deverão, igualmente, apresentar:

Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou a que pertence, devidamente atualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto.

Declaração de conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou a que pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

7.5 – Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e as formalidades apontados no presente aviso.

8 – As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.1 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu *curriculum vitae*, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9 – Métodos de seleção: Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º da LTFP e das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º e n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, serão aplicados os métodos de seleção: Avaliação Curricular (AC) e Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

9.1 – Avaliação Curricular (AC) - visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação literária ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida. Assim, são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação académica (HA), Formação Profissional (FP), Experiência Profissional (EP) e Avaliação de Desempenho (AD). A Avaliação Curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, nos termos do n.º 4 do art.º 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, resultando a nota final da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = [(HA) + (FP) + (EP \times 2) + (AD)] / 5$$

Em que:

HA = Habilitação Académica – onde se pondera a titularidade de grau académico ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes.

FP = Formação Profissional – Considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função, cujos certificados sejam emitidos por entidades acreditadas.

EP = Experiência Profissional – considerando e ponderando a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade das mesmas.

AD = Avaliação de Desempenho – Em que se pondera a avaliação relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

9.2 – Entrevista Profissional de Seleção (EPS) - visa avaliar de forma objetiva e sistemática a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a Interação estabelecida entre o entrevistador e entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

10 – Classificação final – A classificação final (CF) : A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de

seleção, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases que o comportem ou na classificação final, em conformidade com o previsto nos n.º 9 e 10 do artigo 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e resultará da aplicação da seguinte fórmula: $CF = AC (70\%) + EPS (30\%)$.

11 – Em caso de igualdade de valoração de candidatos os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, dando-se especial relevância à experiência profissional desenvolvida na Freguesia de Ramalde.

12 – A falta de comparência dos candidatos em qualquer um dos métodos ou fase de seleção equivale à eliminação do concurso.

13 – Composição do Júri:

Referência A) – Educação (AEC)

Presidente do Júri: Carla Costa (Chefe da Unidade de Administração Geral);

Primeiro Vogal Efetivo: Nuno Silva (Técnico Superior);

Segunda Vogal Efetiva: Alexandra Sampaio (Técnica Superior);

Primeira Vogal Suplente: Lígia Eiras (Técnica Superior);

Segunda Vogal Suplente: Tânia Rodrigues (Técnica Superior).

Referência B) - Educação, Juventude e Desporto

Presidente do Júri: Carla Costa (Chefe da Unidade de Administração Geral);

Primeira Vogal Efetiva: Tânia Rodrigues (Técnica Superior).

Segunda Vogal Efetiva: Alexandra Sampaio (Técnica Superior);

Primeiro Vogal Suplente: Nuno Silva (Técnico Superior);

Segunda Vogal Suplente: Lígia Eiras (Técnica Superior);

14 – Os candidatos excluídos do procedimento concursal são notificados para a realização da audiência dos interessados, por correio eletrónico, nos termos dos artigos 22.º e seguintes da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, e do Código do Procedimento Administrativo.

15 – Os candidatos admitidos serão notificados por correio eletrónico do dia, hora e do local para a realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no art.º 24.º da Portaria referida no número anterior.

16 – De acordo com o previsto no artigo 25.º, n.º 1, da referida Portaria, a publicitação dos resultados de ordenação final dos candidatos será efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público do edifício-sede da Junta de Freguesia e publicitado na página eletrónica da mesma (www.jf-ramalde.pt).

17 – A lista unitária de ordenação final dos candidatos, será efetuada em conformidade com o disposto no artigo 26.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

18 – As atas do júri são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

19 – Quota de Emprego – Aplica-se o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-lei nº 29/2001 de 03 de fevereiro, devendo os candidatos com deficiência declarar sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e mencionar os elementos necessários ao cumprimento do art.º 7º do mesmo diploma.

20 – Igualdade de Oportunidades – Em cumprimento da alínea h) do art.º 9º da Constituição da República Portuguesa “a Administração Pública, enquanto Entidade Empregadora promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

21 – O presente aviso será publicitado nos termos do disposto no n.º 1 alíneas a), b) e c) do art.º 11º da n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na Bolsa de Emprego Público (BEP) (www.bep.gov.pt) no primeiro dia útil seguinte à presente publicação e na página eletrónica da Junta de Freguesia de Ramalde (www.jf-ramalde.pt) por extrato, a partir da data de publicação na BEP.

Porto, 5 de junho de 2019

O Presidente da Junta

António Gouveia



